

Patrimônio Cultural e o Turismo: abordagem interdisciplinar

Leandro Beneditini Brusadin¹

Resumo

Ao longo destes anos de auge do turismo de massa e da crença generalizada de que o turismo pode transformar drasticamente as economias locais, a tendência tem sido explorar todos os recursos, naturais ou culturais, da forma mais lucrativa possível. Isso tem levado à degradação de alguns lugares em diversos níveis e aspectos. Essa questão faz parte do processo de análise deste trabalho, mesmo porque esses valores não são universais. O turismo cultural empregado com o devido planejamento permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação de fontes.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural; Turismo; Memória.

Abstract

Throughout these years of height of the tourism of mass and the generalized belief of that drastically the tourism can transform the local economies, the trend has been to explore all the resources, natural or cultural, the most lucrative way. This has taken to the degradation of some places in diverse levels and aspects. This question is the point of analysis of this work, exactly because these values are not universal. The use of cultural tourism with the had planning allows that the community, of some form, engages itself in the process of recovery of the collective memory, the reconstruction of history, the verification of sources.

Key-words: Cultural Patrimony; Tourism; Memory.

A necessidade de questionar e racionalizar a convivência entre o turismo e o patrimônio cultural torna-se o pressuposto deste trabalho. Dessa forma, devem ser entendidas algumas críticas potenciais necessárias para incrementar o debate das idéias. A bibliografia relacionada ao patrimônio cultural é bastante vasta na medida em que trata das políticas de preservação dos bens culturais e da formação das instituições responsáveis no Brasil. No entanto, ao explorarmos a relação entre patrimônio cultural e turismo, o número de publicações diminui razoavelmente. Alguns autores, tal como Camilo de Mello Vasconcellos (2006), relata que publicações a respeito do tema patrimônio cultural e turismo são bastante escassas, sendo que mesmo em âmbito internacional há poucos trabalhos dedicados a essa problemática.

Todo objeto que, à primeira vista e a olhos desavisados, pode parecer não possuir nenhuma importância, é passível de ser interpretado como patrimônio mercê de sua carga informativa e com respeito de determinada cultura e, portanto, ser um bem cultural merecedor

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca, sob orientação da Profa. Dra. Ida Lewkowicz. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

de tratamento e conservação adequados. Esse caráter representativo de uma cultura ainda que seja, na realidade, apenas representativo de um pormenor dessa cultura lhe dá condição de bem patrimonial.

A cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana, sendo uma condição de produção e reprodução da sociedade. O trabalho de Ulpiano T. B. de Menezes (1996) destaca quatro proposições sobre o conceito de cultura. A primeira delas refere-se à cultura como o universo da escolha, da seleção, da opção. A segunda destaca o universo da cultura é historicamente criado, por isso os sentidos e valores que o sustentam precisam ser explicados, declarados e propostos. A terceira reforça a idéia de que o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido pelo jogo concreto das relações sociais. A quarta proposição afirma que as políticas culturais devem dizer respeito à totalidade da experiência social e não apenas a segmentos seus privilegiados.

A palavra patrimônio tem vários significados. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem, mas que, transportado a um dado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa. Dessa forma, o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. Patrimônio natural são as riquezas que estão no solo e subsolo, tanto as florestas como as jazidas. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida em que se revisa o conceito de cultura.

O trabalho de Margarita Barreto (2000) relaciona aspectos importantes a esse tema, destacando que até a primeira metade deste século, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Os prédios considerados merecedores de cuidados especiais eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história política de determinado local.

Em sentido estrito, entendia-se patrimônio cultural como as obras de arte no espaço, ou seja, a pintura, a escultura e a arquitetura. Entretanto, existem outras artes, aquelas que transcorrem através do tempo, como a dança, a literatura e a música que também fazem parte do patrimônio cultural artístico, mas, por não terem a mesma materialidade que os anteriores, é complexa sua qualificação como “bens”, donde sua quase permanente exclusão das preocupações oficiais com a questão do patrimônio. Por outro lado, os seres humanos não produzem apenas obra de arte, sendo os hábitos, usos e costumes também parte integrante desta cultura.

Ao tentar explorar os limites do conceito de patrimônio cultural, Barreto (2000) enfatiza que a noção deste conceito é muito mais ampla, pois inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, considerando o termo “legado cultural” mais adequado do que patrimônio. Nesse sentido, podemos relacionar a mudança desse conceito ao conceito de história. A *nouvelle histoire*, ou nova história, que se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial, apesar de ter começado a germinar em 1929, com a fundação da revista *Annales*, pelos precursores Fernand Braudel, Lucien Febvre e Marc Bloch, propõe também estudar, além de eventos por definições conjunturais, as estruturas sociais, a história econômica, a geografia, as instituições e mentalidades, buscando continuidades e inter-relações entre os fatos políticos antes privilegiados.

No que se reporta à produção do conhecimento histórico no Brasil, percebe-se a devida importância que este campo de conhecimento que possibilita não só identificar os processos históricos nos quais estão inseridos os grupos sociais em suas representações e práticas, mas sobretudo o que diz respeito à compreensão dessas experiências como elementos singulares, constituidores das culturas que compõem o povo brasileiro. Nesse sentido, situa-se o estudo de Cardoso (2006, p. 67), o qual afirma:

Entendendo que o conhecimento deve ser atuante com objetivo emancipador, é mister trabalhar a noção de patrimônio cultural por meio do conhecimento histórico produzido sobre inúmeras manifestações da cultura popular brasileira (...) a fim de que esses sujeitos sociais possam conceber a noção de que são agentes do tempo histórico e que suas experiências, práticas culturais, modos de vida e representações enriquecem e ampliam a noção de diversidade cultural no país.

Sendo assim, passou-se da chamada “história oficial”, que conta os grandes feitos e as batalhas, para a “história social”, que passa a contar também o cotidiano das pessoas. Este conceito foi introduzido em 1725 por G. Vico, que propunha transferir o centro de interesse nos estudos históricos de fatos e proezas pessoais, guerras, tratados e alianças para costumes, instituições, formas de organização econômica e social, línguas, artes, religiões, ciências e climas de opinião. A tendência é levar em conta tanto os grandes feitos quanto a chamada *petite histoire*, a história das minorias, dos relegados e a relação entre os diferentes segmentos que compõem as sociedades estudadas, incluindo as relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer e atitudes com a natureza, a cultura, a religião, a música, a arquitetura e a educação.

Para proteger o patrimônio das ameaças são necessárias pesquisas científicas e políticas de preservação. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político - ideológica que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer

para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir. Se há um patrimônio reconhecido pelos vencedores, há, ou houve, um patrimônio dos vencidos. Quem zela por ele?

No Brasil, as manifestações concretas de iniciativas de preservação de bens patrimoniais iniciam-se na década de 1930, quando Mário de Andrade é encarregado de elaborar anteprojeto de lei visando à preservação. Dessa forma, foi criado em 1937 o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a finalidade de promover em todo o país, e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Durante os anos seguintes, Rodrigo Mello Franco procurou tombar e restaurar bens patrimoniais, centrando suas atenções no acervo arquitetônico. Ao final da década de 1970, com a atuação do designer Aloísio Magalhães, dinamiza-se a preservação do patrimônio cultural, sendo preciso cerca de quarenta anos para ampliação do significado real e da abrangência dos bens culturais. Dessa forma, foram criados órgãos em âmbito estadual e municipal, como o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em São Paulo. (Pellegrini, 1997)

A orientação dada por órgãos oficiais fez desenvolver uma política de tombamento que valorizava aspectos formais de caracterização das obras de arte “puras”, ou os espécimes representativos de estilos arquitetônicos, acentuando o lado técnico dessa identificação e o caráter de coleção dos bens registrados enquanto patrimônio – registro quase sempre desprovido das relações sociais que os tornaram possíveis. O Estado, no presente momento, por vezes, retira-se até das áreas onde é essencial, como saúde e educação básica, e a preservação de prédios históricos e bens culturais com dinheiro público passa a ser impensável. Cria-se, desta forma, uma situação paradoxal, na qual o Estado tomba prédios para protegê-los da destruição rápida pela demolição, mas tolhe suas possibilidades de utilização, condenando-os à destruição lenta pelo abandono.

Nos estudos de Maria Cristina Simões (2001) verifica-se que o SPHAN, há mais de 60 anos, vem cumprindo, de maneira nem sempre adequada, o papel regulador e fiscalizador nas relações urbanas das cidades tombadas, cuja população sempre se considerou privada de seus direitos sobre suas propriedades. Uma proposta destacada pela autora para viabilizar a manutenção do patrimônio tem sido a conservação dos prédios mediante reaproveitamento por parte de empresas privadas, para finalidades de acordo com a necessidade presente, visto que poucos são os administradores municipais que assumiram, realmente, o papel de gestor do patrimônio cultural.

Paradoxalmente, então, a preservação acaba sendo uma proposta que leva, muitas vezes, à destruição gradativa do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou de simples manutenção, e a conservação é o que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. Barreto (2000, p. 17) enfatiza que “a idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo.”

Não há unanimidade quanto à legitimação da conservação como alternativa à preservação. Na verdade, os preservacionistas acreditam que a conservação destrói a alma do bem cultural. O problema é que alguns bens protegidos transformam-se num equipamento com pouca utilidade social e nenhuma viabilidade financeira, sendo que o patrimônio mantém a sua aura, mas não se mantém. Implícita nessa discussão, ou paralela a ela, está a questão do público e do privado. No entender de muitas pessoas, tanto da comunidade científica quanto da sociedade mais ampla, o patrimônio deve ser público, já que sua privatização seria uma forma de alienação. Essa questão de parceria entre o público e privado e entre patrimônio e negócios foi superada em alguns países logo depois da Segunda Guerra Mundial, mas, em outras, ainda está presente.

No trabalho realizado por Jérôme Monnet (1999), nota-se a constatação que o patrimônio não é um ato de salvaguarda de objetos de testemunhos: esses últimos perderam seu passado, não significam mais do que o presente projeta do passado. A proteção é um ato eminentemente moderno, pois se trata de fabricar a história do dia-a-dia, de compor permanentemente a memória, de produzir intensamente a lembrança.

Ao nortear este aspecto, tornam-se importantes as questões de identidade e da memória para a compreensão da dinâmica patrimonial. A manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo maior ainda, englobando a conservação e a recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade. Nesse âmbito, Le Goff (1990, p. 476) afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

O trabalho da Profa. Maria Carolina Bovério Galzerani, da Faculdade de Educação da Unicamp, por meio do grupo de pesquisa Memória, História e Educação, incorpora a discussão em busca de um conceito de memória capaz de abrir brechas para produções mais inventivas, dissonantes – em relação às práticas já cristalizadas, aproximando-se das reflexões de Walter Benjamin. Para o autor, rememorar é um ato político, com potencialidades de produzir e um “despertar” dos sonhos, das fantasmagorias para a construção de utopias. Rememorar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e

sensibilidades sociais existentes também no presente, sendo uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro.

O dinamismo da vida em sociedades complexas, a partir da segunda metade do século XX, constitui um fator de mudanças que pode provocar dificuldades à política de preservação do patrimônio cultural. O povo brasileiro possui um padrão cultural de favorecimento ao novo, de valorização do moderno acompanhado pelo desprezo do antigo. Isso se liga muito de perto à frase de Mario de Andrade justificando *Macunaíma* como “o herói sem nenhum caráter”, quer dizer, o personagem que, não se sentindo comprometido com uma formação profundamente definida, está aberto a adotar novos caracteres.

Nos estudos de Nestor Garcia Ganclini (1999) é possível observar que, embora alguns autores vinculem o patrimônio a outros aspectos conceituais, tais como, desenvolvimento urbano, mercantilização, comunicação de massa e turismo como forma adversária do patrimônio, parece importante partir da hipótese contrária. O autor situa que no México, assim como em outros países, organismos mostram um movimento de redefinição dos discursos referentes ao patrimônio cultural, permitindo compreender melhor o processo histórico.

Ao tratar o patrimônio cultural sob seu ponto de vista prático, Cardoso (2006) ressalta que se faz necessário aliar conhecimento histórico ao estudo de identificação de práticas e de representações nos mais distintos grupos sociais e comunidades, a fim de que auxilie a compreensão dos elementos constituidores das realizações de cada povo. E assim, por intermédio da auto-estima e do planejamento comunitário, tornar possível a sua existência diante de mecanismos de desconstrução de origens culturais pelos agentes do que foi convencionalizado a chamar-se de globalização.

Na contemporaneidade, um dos fenômenos mais característicos da economia globalizada e relacionado a utilização do patrimônio é o turismo, definido como o conjunto de relações e fenômenos ligados à permanência de pessoas não residentes em determinada localidade. Analisando o turismo segundo o critério da motivação, aparece uma quase infinita variedade de possibilidades, que podem ser agrupadas em duas grandes divisões, o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais. Assim, entende-se por turismo cultural todo deslocamento que o principal atrativo seja algum aspecto da cultura humana.

Ao tratar do turismo cultural em seu trabalho, Marly Rodrigues (2001) enfatiza que a atividade turística é produto da sociedade capitalista industrial que se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais. No entanto, a autora relata que o turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a

oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos.

A procura por cultura tem levado a um crescimento do turismo urbano, tendência que também já se observa em algumas capitais da América Latina, relacionado a uma procura por turismo histórico, artístico e cultural. No turismo praticado nas grandes cidades, observa-se o ressurgimento da figura do *flâneur*, que caracterizou o final do século passado, imortalizada por Baudelaire: aquela pessoa que vagava sem rumo, andando de um lugar a outro, aproveitando os bulevares recém-construídos na Paris moderna. A procura é pela cultura atual e também pela passada. Assiste-se atualmente a uma procura sem precedentes por lugares históricos, ligados à *petite histoire* ou aos grandes feitos da história política e social mais ampla.

Ao longo destes anos de auge do turismo de massa e da crença generalizada de que o turismo pode transformar drasticamente as economias locais, a tendência tem sido explorar todos os recursos, naturais ou culturais, da forma mais lucrativa possível. Isso tem levado à degradação de alguns lugares em diversos níveis e aspectos. Alguns sociólogos, por meio de seus estudos e pesquisas, observam o turismo como forma de desenvolvimento que ocasionou um processo de neocolonialismo e de pulverização das culturas autóctones. Essa questão faz parte do processo de análise de doutorado deste pesquisador, mesmo porque esses valores não são universais. Há exemplos de culturas muito enraizadas que não têm sido atingidas da mesma forma pelo turismo, porém, têm se fortalecido.

O turismo cultural empregado com o devido planejamento permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação de fontes. Permite, ainda, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época. Segundo Barreto (2000), o planejador pode fazer um trabalho científico, capaz de dosar a quantidade de turistas que podem estar num lugar sem saturá-lo e sem que a população se sinta invadida. Pode-se criar um produto turístico cultural sem falsificações para agradar aos turistas. A fidelidade aos fatos históricos, ao que está guardado em arquivos, tanto oficiais quanto da memória coletiva, a recuperação das histórias da vida cotidiana, a compreensão dos nexos entre os grandes feitos e a história das minorias, tudo isso é e deve ser condição para trabalhar bem um recurso cultural do ponto de vista de sua aplicação ao turismo.

Camilo de Mello Vasconcellos (2006) trabalha a relação entre turismo e patrimônio cultural sob o ponto de vista da museologia, já que, segundo o autor, o museu pode converter-se em instrumento para fortalecer e problematizar as identidades e a integração das

comunidades, promovendo a tolerância, o respeito mútuo e a aceitação da diversidade cultural. A partir dessa premissa, o museu deve participar, com suas comunidades e operadoras de turismo, do planejamento e definição de objetivos, conteúdos, gestão e formação de promoção, buscando integrar-se aos circuitos do turismo cultural.

Ao tratar da conversão do patrimônio cultural em atrativo turístico, Bastos (2004) indica que, em muitos casos, o morador é informado sobre seu patrimônio, ou seja, não participa do processo de identificação deste. O patrimônio cultural eleito por essa metodologia gera distanciamento, pois o morador não o identifica como expressão de seu passado ou como um bem coletivo que deve ser apropriado. Em outros casos, para despertar interesse sobre ele, usa-se o conceito de escassez, do qual conclui: o patrimônio é importante porque é raro. Cabe destacar, como já foi analisado nessa análise bibliográfica, que o tombamento não confere valor cultural como bem, limita-se a uma medida administrativa à sua preservação. Segundo a mesma autora, entre as medidas citadas pode-se afirmar que nenhuma garante a identificação com o morador, redundando na degradação do bem, sendo que a exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura sua reabilitação e conservação.

No entanto, outros trabalhos como o de Llorenç Prats (1998) abordam essa problemática, pela qual o movimento patrimonial movido pelo turismo provoca conflito entre a lógica turística comercial e a lógica identitária. O autor dimensiona quadros migratórios que afetaram a identidade da população local e critérios de autenticidade que não foram utilizados nas políticas de comercialização do patrimônio. Nesse mesmo sentido, Choay (2001) aborda que os efeitos negativos do turismo não são percebidos apenas em Florença e em Veneza. A cidade antiga de Kyoto se degrada a cada dia. Na Europa, a inflação patrimonial é igualmente combatida e denunciada por outros motivos: custos de manutenção, inadequação aos usos atuais e paralisação de grandes projetos de organização do espaço urbano. Choay (2001) menciona também a necessidade de inovar e as dialéticas da destruição que, ao longo dos séculos, fizeram novos monumentos se sucederem aos antigos.

Marly Rodrigues (2001, p. 23-24) considera os seguintes questionamentos e desafios quanto ao turismo e sua relação com o patrimônio:

A manutenção de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio seriam tão antagônicas como uma vez se pensou serem o progresso e a preservação de antigos edifícios? Resta-nos, assim, um desafio: definir um ponto de equilíbrio entre essas finalidades presentemente atribuídas ao patrimônio cultural, a de ser suporte de identidades e fontes de divisas. Como aproveitar as múltiplas possibilidades das representações do passado sem mutilar a memória da sociedade?

A identificação do patrimônio cultural deve ter como instrumento de pesquisa um inventário que evidencie os bens materiais e imateriais coletivamente importantes, com a preocupação de relacionar o turismo e o patrimônio. Tais informações devem ser sistematizadas e possibilitar acesso rápido e seguro, em único local, aos dados de interesse histórico e cultural. O objetivo é reunir, num banco de dados, informações concisas sobre a natureza dos bens culturais, o valor ambiental e histórico, os instrumentos de proteção e suas características básicas, incluindo potencialidade turística, sinalização, acessibilidade e divulgação.

Nas reflexões interdisciplinares entre o campo científico da História e do Turismo, também encontra-se o trabalho de José Newton Coelho Menezes (2004, p.100):

O dinamismo com qualquer ambiente cultural é marcado pelo contato com o novo, com o diferente, e desse contato é que surgem formas enriquecedoras e importantes para o seu devir. Mesmo aquelas sociedades mais tradicionais não podem e não devem ser, em nosso mundo, tratadas como relíquias, pois, evidentemente, não há possibilidade de colocarmos redomas em torno de culturas que queremos preservar. A busca de preservação se manifesta por processos educativos e de valorização patrimonial que permitem pensar o turismo como um instrumento de sua execução e não o contrário.

Partindo da premissa de que o patrimônio cultural insere-se em processo histórico que visa a perpetuação da memória coletiva e, conseqüentemente, de um dado processo identitário, pensamos o turismo cultural como forma de valorização patrimonial, desde que haja o planejamento necessário para sua utilização. O que se defende aqui é a integração dessas ações por meio do trabalho interdisciplinar que envolva profissionais ligados ao Turismo e à História, proporcionando uma ação em que os bens patrimoniais que refletem sobre a experiência preservadora possam contribuir para uma intervenção prática reflexiva.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000.
- BASTOS, Sênia. *Patrimônio cultural e hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico*. In: Dencker, Ada de Freitas Maneti (Coord.) et al. *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. Magia e técnica. Arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet.. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Gleudson Passos Cardoso. *História social, patrimônio cultural e turismo: interfaces entre campos de saber e práticas sociais*. In: Martins, Clerton (Org.) et al. *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- CHOAY, Façoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história*. Faculdade de Educação – Unicamp.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Los usos sociales del patrimonio cultural*. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MENEZES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Os “usos culturais” da cultura*. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, Eduardo et al. *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONNET, Jérôme. *O álibi do patrimônio*. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. *Interpretação do patrimônio para o turismo sustentável*. Belo Horizonte: Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1997.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y sociedad*. Madri, 27, 1998.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.) et al. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

SIMÕES, Maria Cristina. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1977.

VASCONCELLOS, Camilo de Melo. *Turismo e museus*. São Paulo: Aleph, 2006.